

## COMISSÃO DE TURISMO E DESPORTO

### PROJETO DE LEI Nº 5.036, DE 2013.

Altera a Lei n.º 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para dispor sobre o período e os limites para a dedução do imposto de renda devido, dos valores despendidos a título de patrocínio ou doação, no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos.

**Autor:** Deputado **Valadares Filho**.

**Relatora:** Deputada **Flávia Moraes**.

## I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei n.º 5.036, de 2013, do Deputado Valadares Filho, estende até 2020 os incentivos fiscais garantidos pela Lei n.º 11.438, de 2006, às doações e patrocínios a projetos esportivos previamente autorizados pelo Ministério do Esporte e também eleva para 4% o limite de dedução do Imposto de Renda devido pela Pessoa Jurídica que efetuar as referidas doações e patrocínios. Atualmente o prazo desse benefício se encerra no ano-calendário de 2015 e o limite para a pessoa jurídica é de 1%.

O Presidente da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 17, II, a, determinou a distribuição desta matéria à Comissão de Turismo e Desporto (CTD), para exame de mérito com apreciação conclusiva, nos termos do art. 24, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD); e às Comissões de Finanças e Tributação (CFT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), cujos pareceres serão terminativos acerca da adequação orçamentária e financeira e da juridicidade e constitucionalidade,

\*F93E816D44\*

F93E816D44

respectivamente, da matéria, nos termos do art. 54 do RICD. Esta proposição tramita sob regime ordinário.

Na Comissão de Turismo e Desporto, a Deputada Liliam Sá apresentou duas emendas no prazo regimental. A Emenda Modificativa n.º 01 exclui a doação como incentivo sujeito a dedução do Imposto de Renda e propõe que o limite de dedução seja de 2%. A Emenda Aditiva n.º 01 estabelece que o aumento no limite da dedução será compensado por meio da elevação de 1% do Imposto sobre Produtos industrializados (IPI) cobrados sobre as bebidas alcóolicas.

Cumpre-me, por designação da Presidência da Comissão de Turismo e Desporto, a elaboração de parecer sobre o mérito desportivo da proposta em exame.

É o relatório.

## II - VOTO DA RELATORA

A iniciativa do nobre Deputado Valadares Filho visa a estender até 2020 os incentivos fiscais garantidos pela Lei n.º 11.438, de 2006, às doações e patrocínios a projetos esportivos previamente autorizados pelo Ministério do Esporte e também elevar para 4% o limite de dedução do Imposto de Renda devido pela Pessoa Jurídica que efetuar as referidas doações e patrocínios. Atualmente o prazo desse benefício se encerra no ano-calendário de 2015 e o limite para a pessoa jurídica é de 1%.

A Lei de Incentivo ao Esporte, norma sancionada em dezembro de 2006, após anos de demanda do setor esportivo, não decepcionou as expectativas acalentadas. Em 2012, tivemos R\$ **211.666.226,74** de recursos captados para projetos desportivos das mais diferentes modalidades e manifestações desportivas (desporto de rendimento, educacional e de participação). Considerando-se o tempo político que leva para uma proposição ser discutida e aprovada no Parlamento, a proposta que ora examinamos configura-se extremamente oportuna e devemos aproveitar o início dos debates sobre a prorrogação do prazo de vigência dos benefícios

**\*F93E816D44\***

F93E816D44

fiscais garantidos pela Lei n.º 11.438, de 2006, para incluir nessa discussão o aumento do limite de dedução para 4%.

Nos termos da justificação do autor, “*O Brasil busca se afirmar no cenário mundial como uma nação que vislumbra na prática esportiva uma ferramenta múltipla: de desenvolvimento das habilidades individuais dos cidadãos, de inclusão social, de promoção econômica e da própria identidade do País. (...) Entretanto, com os recursos orçamentários regulares, não é possível ao ME alcançar toda a sociedade e, principalmente, fazer frente aos grandes desafios desportivos que nos esperam.*”

Eu não poderia deixar de concordar com o Deputado Valadares Filho sobre a importância desta iniciativa para a promoção do esporte no Brasil, em todas as suas manifestações, do benéfico e eficaz incentivo à aproximação entre o setor empresarial e o esportivo, e do quanto esses recursos ainda são necessários para a superação dos imensos e variados obstáculos que o esporte no Brasil enfrenta. Com relação às emendas apresentadas pela Deputada Liliam Sá, resolvo por não acolhê-las, em razão de uma ser mais restritiva que o PL n.º 5.036/2013, ao determinar uma dedução menor (2%), e a outra por impor aumento de imposto sobre setor diverso ao tratado no projeto, reconhecidamente já bastante tributado.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei n.º 5.036, de 2013, do Sr. Valadares Filho, e pela rejeição da Emenda Aditiva n.º 01 e da Emenda Modificativa n.º 01, ambas apresentadas pela Deputada Liliam Sá.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2013.

**Deputada Flávia Moraes.**  
Relatora

**\*F93E816D44\***

**F93E816D44**